



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 00007/2023
EDITAL

Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas com bandas de médio porte, para apresentação nas festividades Juninas do Tradicional São João de 12 de junho a 22 de julho de 2023 da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – PB.

A Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - PB, localizada na Rua José Nunes, 11, Centro, Santa Terezinha - PB, realiza chamada pública para o **Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas com bandas de médio porte, para apresentação nas festividades Juninas do Tradicional São João de 12 de junho a 22 de julho de 2023 da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – PB.** cujo cadastramento dos interessados será realizado na Sala de reunião, na Sede da Prefeitura Municipal iniciando as **10:00 (dez) horas** do dia **22 de maio de 2023** até o dia **25 de maio de 2023** às **13:00 (treze) horas**, situada Rua José Nunes, 11, Centro, Santa Terezinha - PB. A sessão pública para processamento dos trabalhos será realizada na Sala de reunião, na Sede da Prefeitura Municipal, as **10:00 (dez) horas** do dia **26 de maio de 2023**. Maiores informações serão fornecidas aos interessados no setor de cultura desta Prefeitura.

OBSERVAÇÃO: SÓ SERÁ ACEITO CADASTRO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICAS QUE COMPROVE TER BANDA OU EMPRESÁRIO NO RAMO ARTÍSTICO, COMPROVAR COM CONTRATOS JÁ ASSINADOS EM EVENTOS FESTIVOS.

1 - DO OBJETIVO:

- 1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas com bandas de médio porte, para apresentação nas festividades Juninas do Tradicional São João de 12 de junho a 22 de julho de 2023 da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – PB.**

2 - DOCUMENTAÇÃO PARA CADASTRO (PESSOA FÍSICA);

- 2.1** - Cópia do CPF e RG;
2.2 - Comprovante de residência;
2.3 - Certidão Negativa Federal;
2.4 - Certidão Negativa Estadual;
2.5 - Certidão Negativa Municipal;
2.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), nos termos do Título VII-A da Consolidação.
2.7 - Só será aceito cadastro de pessoa física ou jurídicas que comprove ter banda ou empresário no ramo artístico, comprovar com contratos já assinados em eventos festivos.

2.8 - DOCUMENTAÇÃO PARA CADASTRO (PESSOA JURÍDICA)

- 2.9** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
2.10 - Cópia do CPF e RG;
2.11 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. Registro comercial, no caso de empresa individual
2.12 - Certidão Negativa Federal;
2.13 - Certidão Negativa Estadual;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 2.14- Certidão Negativa Municipal;
- 2.15- Comprovação de regularidade relativa ao FGTS;
- 2.16- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), nos termos do Título VII-A da Consolidação.
- 2.17- Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas;
- 2.18 - Só será aceito cadastro de pessoa física ou jurídicas que comprove ter banda ou empresário no ramo artístico, comprovar com contratos já assinados em eventos festivos.

Observação; os documentos relacionados nos itens 2.1 e 2.2 terão de ser apresentando cópia com original para ser autenticados por membros da CPL.

3 - CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS:

- 3.13 - **Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas com bandas de médio porte, para apresentação nas festividades Juninas do Tradicional São João de 12 de junho a 22 de julho de 2023 da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - PB.**
- 3.14 - **Período de Execução dos Serviços; conforme solicitação da Secretaria de Cultura.**
- 3.15 - **Do Preço; O preço será o estabelecido no termo de referência do Edital. Bandas com valores acima de R\$ 1.000,00 (mil reais) até o teto de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**
- 3.16 - **Do Pagamento; O pagamento será efetuado conforme atestado pela secretaria de Cultura, sendo respeitada a ordem cronológica de pagamento.**

4 - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

- 4.13 - Serão consideradas as propostas classificadas, as que preencham as condições fixadas nesta Chamada Pública.
- 4.14 - A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - PB classificará as propostas considerando-se a ordenação crescente dos valores.
- 4.15 - Após a classificação, o critério final de julgamento será definido pela Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - PB.

5 - RESULTADO:

- 5.13 - A Prefeitura Municipal de SANTA TEREZINHA - PB divulgará o resultado do processo em até 48 (quarenta e oito) horas após encerrado o prazo para o cadastramento dos prestadores dos serviços.

6 - RESPONSABILIDADE DOS FORNECEDORES:

- 6.13 - Os prestadores dos serviços que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis.

7 - FATOS SUPERVENIENTES:

- 7.13 - Os eventos previstos nesta Chamada Pública estão diretamente subordinados à realização e ao sucesso das diversas etapas do processo;
- 7.14 - Na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes à sua publicação que possam vir a prejudicar o processo e/ou por determinação legal ou judicial, ou ainda por decisão da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - PB, poderá haver:
 - a) Adiamento do processo;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

b) Revogação deste Edital ou sua modificação no todo ou em parte.

8 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

8.13 - A participação de qualquer proponente prestador do serviço no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.

9 - DO FORO:

9.13 - A presente Chamada Pública é regulada pelas leis brasileiras, sendo exclusivamente competente o Foro do município de Patos – PB para conhecer e julgar quaisquer questões dele decorrentes.

SANTA TEREZINHA - PB, em 19 de maio de 2023.

AMANDA MEDEIROS DE MORAIS
Presidente da Comissão



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA
00005/2023
ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas com bandas de médio porte, para apresentação nas festividades Juninas do Tradicional São João de 12 de junho a 22 de julho de 2023 da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – PB.

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT.	UND.	VALOR UNT. R\$
01	Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas com bandas de médio porte, para apresentação nas festividades Juninas do Tradicional São João de 12 de junho a 22 de julho de 2023 da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – PB.	25	Show's	Valores entre R\$ 1.000,00 até R\$10.000,00

SANTA TEREZINHA - PB, em 19 de maio de 2023.

AMANDA MEDEIROS DE MORAIS
Presidente da Comissão



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 00007/2023

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº:/...-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESINHA E, PARA
EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE
INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Santa Terezinha - Rua José Nunes, 11 - Centro - Santa Terezinha - PB, CNPJ nº 08.882.524/0001-65, neste ato representada pelo Prefeito Jose de Arimateia Nunes Camboim, Brasileiro, Casado, Empresário, residente e domiciliado na Fazenda Nova Cachoeira, . - Fazenda - Zona Rural - Santa Terezinha - PB, CPF nº 141.113.304-87, Carteira de Identidade nº 375197 SSP-PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - -, CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - -, CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Chamada Pública nº 00007/2023, processada nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto: Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas com bandas ou trios, para apresentação nas festividades Juninas do Tradicional São João de 12 de junho a 22 de julho de 2023 da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – PB..

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Chamada Pública nº 00005/2023 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).
Representado por: ... x R\$

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO:

Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.
Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da respectiva proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos Próprios do Município de Santa Terezinha:

02.073 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO – 13 392 1015 2077
Manutenção das Atividades Culturais – ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.36 – OUTROS
SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA/3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA, 13 392 1015 2078 PROMOÇÃO DE FESTAS
TRADICIONAIS E EVENTOS CULTURAIS – ELEMENTO DE DESPESA - 33.90.36 – OUTROS
SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA/3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE
TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado na Tesouraria do Contratante, mediante processo regular, da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas no Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início: Imediato;

b - Conclusão: 8 (oito) meses.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2023, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada nos termos do Art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a - Executar devidamente o serviço descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Art. 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Arts. 77, 78 e 79, todos da Lei 8.666/93. O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o respectivo limite fixado no Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executado o presente contrato e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições dos Arts. 73 a 76, da Lei 8.666/93.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a – advertência; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega, no início ou na execução do objeto ora contratado; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f – simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Patos.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Santa Terezinha - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

.....